

# **Demonstrações Contábeis**

## **Renosa Participações S.A. e Consolidado**

31 de dezembro de 2016  
com Relatório dos Auditores Independentes

# Renosa Participações S.A. e Consolidado

## Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2016 e 2015

### Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis .....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balancos patrimoniais .....	4
Demonstrações dos resultados .....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis .....	10

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**Renosa Participações S.A.**  
Cuiabá - MT

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Renosa Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Renosa Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasi.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 13 de março de 2017.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/F-6



Carlos Santos Mota Filho  
Contador CRC-PE020728/O-7-T-CE

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	<b>370</b>	5.390	<b>308.858</b>	274.668
Contas a receber	6	-	-	<b>395.338</b>	327.280
Partes relacionadas	7	-	-	<b>34.799</b>	24.851
Estoques	8	-	-	<b>263.720</b>	288.197
Tributos a recuperar	9	<b>1.410</b>	733	<b>258.745</b>	337.782
Instrumento financeiro derivativo	19	-	-	<b>34.573</b>	42.717
Dividendos a receber	12	<b>72.794</b>	66.333	-	-
Despesas antecipadas		-	-	<b>21.413</b>	27.602
Conta vinculada	5	-	3.342	-	3.342
Outros ativos		<b>5.044</b>	-	<b>21.468</b>	28.604
		<b>79.618</b>	75.798	<b>1.338.914</b>	1.355.043
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras		-	-	<b>53.396</b>	39.614
Conta vinculada	5	-	-	<b>72.296</b>	104.664
Tributos a recuperar	9	-	-	<b>117.140</b>	81.287
Tributos diferidos	10	-	-	<b>60.691</b>	97.081
Instrumento financeiro derivativo	19	-	-	<b>51.963</b>	162.052
Depósitos judiciais	11	-	-	<b>192.277</b>	173.031
Despesas antecipadas		-	-	<b>6.255</b>	2.515
Investimentos	12	<b>2.776.528</b>	2.688.510	<b>139.014</b>	66.054
Imobilizado	13	-	-	<b>1.730.596</b>	1.667.947
Intangível	14	-	-	<b>3.564.839</b>	3.561.088
		<b>2.776.528</b>	2.688.510	<b>5.988.467</b>	5.955.333
Total do ativo					
		<b>2.856.146</b>	2.764.308	<b>7.327.381</b>	7.310.376

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	16	<b>90</b>	-	<b>588.995</b>	456.441
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	<b>349.876</b>	243.723
Instrumentos financeiros derivativos	19	-	-	<b>16.846</b>	33.672
Subvenções governamentais	20	-	-	<b>18.266</b>	25.569
Obrigações trabalhistas e sociais		-	-	<b>95.020</b>	87.113
Obrigações com arrendamento mercantil	13	-	-	<b>8.322</b>	10.143
Obrigações tributárias	9	<b>1</b>	5	<b>113.438</b>	90.702
Tributos parcelados		-	-	<b>197</b>	173
Debêntures	18	<b>56.995</b>	86.165	<b>164.787</b>	194.268
Dividendos a pagar	22	<b>54.451</b>	46.290	<b>91.951</b>	80.462
Obrigações com antigos acionistas	5	-	3.342	-	3.342
Partes relacionadas	7	-	-	<b>4.729</b>	7.570
Outras contas a pagar		-	-	<b>43.089</b>	24.228
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>111.537</b>	135.802	<b>1.495.516</b>	1.257.406
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	<b>657.405</b>	840.656
Instrumentos financeiros derivativos	19	-	-	<b>789</b>	54.688
Subvenções governamentais	20	-	-	<b>38.543</b>	37.454
Obrigações com arrendamento mercantil	13	-	-	<b>7.850</b>	15.914
Tributos parcelados		-	-	<b>1.768</b>	1.980
Obrigações com antigos acionistas	5	-	-	<b>72.296</b>	104.664
Debêntures	18	<b>423.952</b>	438.236	<b>585.607</b>	707.454
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	-	-	<b>191.467</b>	188.476
Outras contas a pagar		-	-	<b>379</b>	1.652
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>423.952</b>	438.236	<b>1.556.104</b>	1.952.938
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	22	<b>533.671</b>	533.671	<b>533.671</b>	533.671
Reserva de capital		<b>250.461</b>	250.461	<b>250.461</b>	250.461
Outros resultados abrangentes	19	<b>(2.232)</b>	(8.048)	<b>(2.232)</b>	(8.048)
Reserva de lucros		<b>1.538.757</b>	1.414.186	<b>1.538.757</b>	1.414.186
<b>Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia</b>		<b>2.320.657</b>	2.190.270	<b>2.320.657</b>	2.190.270
Participação dos acionistas não controladores		-	-	1.955.104	1.909.762
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>2.320.657</b>	2.190.270	<b>4.275.761</b>	4.100.032
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.856.146</b>	2.764.308	<b>7.327.381</b>	7.310.376

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação, em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida	23	-	-	<b>3.883.342</b>	4.027.001
Custo dos produtos e mercadorias vendidos		-	-	<b>(2.471.734)</b>	(2.503.353)
Lucro bruto		-	-	<b>1.411.608</b>	1.523.648
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	24	-	-	<b>(558.093)</b>	(546.045)
Gerais e administrativas	25	<b>(467)</b>	(920)	<b>(232.464)</b>	(241.946)
Resultado de equivalência patrimonial	12	<b>306.503</b>	279.298	<b>3.450</b>	(1.766)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		-	-	<b>15.525</b>	(1.390)
Lucro operacional		<b>306.036</b>	278.378	<b>640.026</b>	732.501
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	26	<b>2.473</b>	2.829	<b>141.513</b>	65.250
Despesas financeiras	26	<b>(79.241)</b>	(86.301)	<b>(343.289)</b>	(425.548)
		<b>(76.768)</b>	(83.472)	<b>(201.776)</b>	(360.298)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>229.268</b>	194.906	<b>438.250</b>	372.203
Impostos correntes	10	-	-	<b>(16.670)</b>	(28.674)
Impostos diferidos	10	-	-	<b>(34.417)</b>	(4.743)
		-	-	<b>(51.087)</b>	(33.417)
Lucro líquido do exercício		<b>229.268</b>	194.906	<b>387.163</b>	338.786
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	<b>(157.895)</b>	(143.880)
Lucro do exercício atribuído aos acionistas da controladora		<b>229.268</b>	194.906	<b>229.268</b>	194.906
Quantidade de ações no final do exercício - em milhares	22	<b>396.244</b>	396.244		
Lucro líquido por lote de mil ações - em reais		<b>0,58</b>	0,49		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Lucro líquido do exercício		<b>229.268</b>	194.906	<b>387.163</b>	338.786
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	19	<b>3.039</b>	(12.227)	<b>4.605</b>	(18.525)
Tributos diferidos sobre o resultado com instrumentos financeiros derivativos	10	<b>(879)</b>	4.157	<b>(1.332)</b>	6.298
Vencimento de resgate de ações de minoritários da CMR	5	<b>3.342</b>	-	<b>3.342</b>	-
Outros resultados abrangentes		<b>313</b>	22	<b>476</b>	33
		<b>5.815</b>	(8.048)	<b>7.091</b>	(12.194)
Resultado abrangente total do exercício		<b>235.083</b>	186.858	<b>394.254</b>	326.592
Atribuível a:					
Acionistas controladores		-	-	<b>235.083</b>	186.858
Acionistas não controladores		-	-	<b>159.171</b>	139.734
Resultado abrangente total do exercício		<b>235.083</b>	186.858	<b>394.254</b>	326.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Total	Participação de não controladores	Total
			Legal	Reserva para investimentos	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados				
Em 31 de dezembro de 2014	533.671	250.461	76.192	1.440.843	133.432	-	-	2.434.599	2.064.406	4.499.005
Perda na aquisição de ações de controlada	-	-	-	-	-	(342.869)	-	(342.869)	(186.885)	(529.754)
Compensação de prejuízos acumulados	-	-	-	(203.998)	-	203.998	-	-	-	-
Complemento de dividendos recebidos decorrente de aumento de participação em controlada	-	-	-	-	9.024	-	-	9.024	-	9.024
Dividendos pagos	22	-	-	-	(51.052)	-	-	(51.052)	-	(51.052)
Aprovação de dividendos adicionais de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(73.221)	(73.221)
Dividendos mínimos obrigatórios de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(34.272)	(34.272)
Outros resultados abrangentes	19	-	-	-	-	-	(8.048)	(8.048)	(4.146)	(12.194)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	194.906	-	194.906	143.880	338.786
Destinação do lucro:	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	9.745	-	-	(9.745)	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(46.290)	-	(46.290)	-	(46.290)
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>533.671</b>	<b>250.461</b>	<b>85.937</b>	<b>1.236.845</b>	<b>91.404</b>	<b>-</b>	<b>(8.048)</b>	<b>2.190.270</b>	<b>1.909.762</b>	<b>4.100.032</b>
Dividendos pagos	22	-	-	-	(50.246)	-	-	(50.246)	-	(50.246)
Aprovação de dividendos adicionais de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(76.328)	(76.328)
Dividendos mínimos obrigatórios de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.500)	(37.500)
Outros resultados abrangentes	19	-	-	-	-	-	5.816	5.816	1.275	7.091
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	229.268	-	229.268	157.895	387.163
Destinação do lucro:	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	11.463	-	163.354	(174.817)	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(54.451)	-	(54.451)	-	(54.451)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>533.671</b>	<b>250.461</b>	<b>97.400</b>	<b>1.236.845</b>	<b>204.512</b>	<b>-</b>	<b>(2.232)</b>	<b>2.320.657</b>	<b>1.955.104</b>	<b>4.275.761</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

### Demonstrações dos fluxos de caixas

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	<b>229.268</b>	194.906	<b>387.163</b>	338.786
Ajustes para reconciliar o lucro líquido				
Depreciação e amortização	-	-	<b>256.378</b>	218.467
Resultado da equivalência patrimonial	<b>(306.503)</b>	(279.298)	<b>(3.450)</b>	1.766
Baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	<b>3.434</b>	7.259
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	<b>34.417</b>	4.743
Provisão para contingências	-	-	<b>41.260</b>	51.725
Provisão perdas de estoques	-	-	<b>(4.230)</b>	(803)
Ajuste a valor presente	-	-	<b>6.096</b>	(1.762)
Juros e variações monetárias	<b>78.958</b>	77.175	<b>199.054</b>	74.842
MtM dos instrumentos financeiros derivativos	-	-	<b>(49.972)</b>	(10.068)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	<b>52.097</b>	48.295
	<b>1.723</b>	(7.217)	<b>922.247</b>	733.250
(Acréscimos) decréscimos de ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	<b>(81.031)</b>	(10.706)
Partes relacionadas	-	-	<b>12.445</b>	2.220
Estoques	-	-	<b>23.793</b>	27.805
Despesas antecipadas	-	-	<b>2.194</b>	(7.738)
Depósitos judiciais	-	-	<b>(3.596)</b>	(60.703)
Outros ativos	<b>(9)</b>	(508)	<b>8.526</b>	10.926
Fornecedores	<b>90</b>	(4.815)	<b>146.379</b>	177.220
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	(330)	<b>8.430</b>	(31.620)
Obrigações tributárias líquido dos impostos a recuperar	<b>(680)</b>	-	<b>55.135</b>	187
Provisões para contingências	-	-	<b>(64.099)</b>	-
Outros passivos	-	-	<b>19.860</b>	(8.008)
Caixa gerado pelas (usado nas) atividades operacionais	<b>1.125</b>	(12.870)	<b>1.025.393</b>	832.833
Pagamento de juros sobre empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil	<b>(14.765)</b>	-	<b>(118.240)</b>	-
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades operacionais	<b>(13.640)</b>	(12.870)	<b>907.153</b>	832.833
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Títulos e valores mobiliários	<b>3.342</b>	-	<b>(4.061)</b>	10.798
Aumento de investimentos	-	(529.754)	<b>(49.685)</b>	(533.707)
Aumento de investimento, líquido do efeito de caixa na desconsolidação da investida	-	-	<b>28.613</b>	-
Aquisições de imobilizado	-	-	<b>(342.741)</b>	(362.928)
Aquisições de intangível	-	-	<b>(23.735)</b>	(13.664)
Dividendos recebidos	<b>214.500</b>	201.695	-	-
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de investimento	<b>217.842</b>	(328.059)	<b>(391.609)</b>	(899.501)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos	-	-	<b>271.252</b>	318.726
Amortização principal de empréstimos	-	(2.135)	<b>(287.163)</b>	(267.981)
Amortização de instrumentos derivativos	-	-	<b>(15.756)</b>	-
Tributos parcelados	-	-	<b>(187)</b>	(106)
Amortização principal de debêntures	<b>(107.647)</b>	(115.681)	<b>(215.206)</b>	(202.867)
Captação de debêntures	-	563.000	-	563.000
Dividendos pagos	<b>(101.575)</b>	(100.000)	<b>(212.075)</b>	(203.903)
Obrigações com arrendamento mercantil	-	-	<b>(22.219)</b>	(25.952)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de financiamento	<b>(209.222)</b>	345.184	<b>(481.354)</b>	180.917
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa	<b>(5.020)</b>	4.255	<b>34.190</b>	114.249
Demonstração do acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa				
No início do período	<b>5.390</b>	1.135	<b>274.668</b>	160.419
No final do período	<b>370</b>	5.390	<b>308.858</b>	274.668
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa	<b>(5.020)</b>	4.255	<b>34.190</b>	114.249

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas

A Renosa Participações S.A. (“Companhia” e “Controladora”) foi constituída em 11 de agosto de 2009, tendo como atividade preponderante a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista.

Até 30 de junho de 2013, a Renosa Participações S.A. era controladora da Companhia Maranhense de Refrigerantes, Tocantins Refrigerantes Ltda. e Crystal Águas do Nordeste Ltda. e possuía participação minoritária indireta de 34% na Refrescos Guararapes Ltda.. Em 3 de julho de 2013, a Companhia efetuou aquisição de 56% do controle da então Nordeste Refrigerantes S.A. e da Refrescos Guararapes Ltda., incluindo à época a Sucovalle - Sucos e Concentrados do Valle Ltda. conforme descrito na Nota 4. Esse controle foi adquirido via constituição da holding Solar.BR Participações S.A. (“Solar.BR”). Em 5 de janeiro de 2015, a Companhia efetuou aquisição adicional de 10% das ações da controlada Solar.BR Participações S.A., passando assim a deter um total de 66% das ações com direito a voto da Solar.BR.

#### a) Holding controladora das entidades operacionais

A Solar.BR Participações S.A. é de uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25 de março de 2013, tendo sede em Fortaleza, controladora desde 3 de julho de 2013 da Companhia Maranhense de Refrigerantes, Tocantins Refrigerantes Ltda, Norsa Refrigerantes S.A. Refrescos Guararapes Ltda., e Poty Refrigerantes Ltda. Essas controladas são responsáveis pela manufatura e distribuição dos produtos pertencentes a “The Coca-Cola Company”, bem como da revenda das bebidas produzidas pela Cervejaria Heineken, água mineral produzida pela CAF - Crystal Águas do Nordeste Ltda., bebidas não carbonatadas produzidas pela Leão Alimentos e Bebidas Ltda.. A área de atuação compreende todos os estados do Nordeste, além do Mato Grosso, e parte de Tocantins e Goiás.

A Solar tem como objetivo fortalecer a presença em sua área de atuação através de um plano de investimento voltado a massificar a execução de mercado, bem como incrementar a eficiência em toda sua cadeia produtiva. A Solar.BR Participações S.A. possui como acionistas a a Recofarma Industria da Amazônia Ltda. (34%) além da própria Companhia (66%).

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas--Continuação

#### b) Entidades controladas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia mantém investimentos através de controladas diretas e indiretas, todas localizadas no Brasil, conforme segue:

<u>Razão social</u>	<u>% de participação 2016 e 2015</u>
Controlada direta:	
Solar.BR Participações S.A.	66,0
Controladas indiretas (através da Solar.BR):	
Companhia Maranhense de Refrigerantes	66,0
Norsa Refrigerantes S.A.	66,0
Tocantins Refrigerantes Ltda.	66,0
Refrescos Guararapes Ltda.	66,0
Poty Refrigerantes Ltda.	66,0

*Norsa Refrigerantes S.A. ("Norsa")* - sociedade anônima de capital fechado que tem como controlada Poty Refrigerantes Ltda. ("Poty") e Tocantins Refrigerantes Ltda. ("Tocref"), que não possuem operações. O objetivo social principal da Norsa é a industrialização e comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos atuando nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco, Bahia e Mato Grosso.

*Companhia Maranhense de Refrigerantes ("CMR")* - sociedade anônima de capital fechado atuando como indústria e comércio de bebidas, notadamente refrigerantes e produtos conexos.

*Refrescos Guararapes Ltda.* - sociedade por quotas de responsabilidade limitada, cujo objetivo social é a industrialização e comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos, atuando nos estados de Paraíba, Sergipe e Maranhão.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas--Continuação

#### c) Reestruturações societárias

Com a finalidade de simplificar a estrutura societária e consolidação das atividades da controlada Solar.BR, bem como redução de custos financeiros, técnicos e operacionais, as seguintes mudanças na estrutura societária foram efetuadas em 2016 :

##### i) Cisão parcial da Companhia Maranhense de Refrigerantes

Em 1º de agosto de 2016, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária (AGE), a cisão do acervo líquido contábil formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis da CMR. O acervo líquido cindido, avaliado a valores contábeis através de laudo emitido por empresa especializada, foi integralmente incorporado pela Refrescos Guararapes Ltda.. Em decorrência dessa cisão, a região do Estado de Maranhão passou a ser atendida pela Refrescos Guararapes Ltda..

##### ii) Cisão Parcial da Companhia Maranhense de Refrigerantes

Em 1º de outubro de 2016, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária (AGE), a cisão do acervo líquido contábil formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis da CMR. O acervo líquido cindido, avaliado a valores contábeis através de laudo emitido por empresa especializada, foi integralmente incorporado pela Norsa Refrigerantes S.A.. Em decorrência dessa cisão, a região do Estado de Mato Grosso passou a ser atendida pela Norsa Refrigerantes S.A..

##### iii) Alienação de 50% da Crystal Águas do Nordeste Ltda.:

Em 04 de fevereiro de 2016, foi aprovada a 3ª Alteração do Contrato Social que ratificou o Contrato de Compra e Venda de Quotas entre a Companhia Maranhense de Refrigerantes e a MAA Investimentos e Participações Societárias Ltda. ("MAA"), subsidiária da Coca-Cola Indústrias Ltda. ("CCIL"), através do qual a MAA adquiriu 50% do capital social da Crystal Águas do Nordeste Ltda. ("CAF"). A partir desse momento, o controle da CAF passou a ser realizado de forma compartilhada entre a CMR e a CCIL, na forma de uma joint venture, nos termos definidos pelo CPC 18.

## **Renosa Participações S.A. e Consolidado**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **2. Políticas contábeis**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados pelos seus valores justos ao resultado financeiro do período.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas Controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 13 de março de 2017.

#### **2.1. Base de consolidação**

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2016.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intra grupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

## **Renosa Participações S.A. e Consolidado**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **2. Políticas contábeis--Continuação**

#### **2.1. Base de consolidação--Continuação**

Com a alienação de 50% da participação no capital social da CAF, o controle da investida passou a ser compartilhado com a CCIL. Portanto, conforme previsto pelo CPC 36, os ativos e passivos da controlada foram desreconhecidos do balanço patrimonial consolidado, a partir de 01 de fevereiro de 2016. A operação passou a ser tratada como negócio em conjunto, na forma de uma joint venture, sendo os resultados reconhecidos utilizando-se do método de equivalência patrimonial.

#### **2.2. Combinação de negócio**

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.2. Combinação de negócio--Continuação

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Os investimentos da Companhia em suas controladas e coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa, mas sem deter o controle. Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição deduzido da provisão para desvalorização, quando aplicável.

O ágio relacionado com as controladas é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função de o ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*), integrar o valor contábil do investimento nas controladas (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das controladas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas, quando aplicável, são eliminados de acordo com a participação mantida na controlada.

A participação societária nas controladas será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada.

## **Renosa Participações S.A. e Consolidado**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **2. Políticas contábeis--Continuação**

#### **2.2. Combinação de negócio--Continuação**

As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas controladas.

#### **2.3. Investimentos**

A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as controladas, a Companhia avaliará e reconhecerá o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da controlada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

#### **2.4. Conversão de moeda estrangeira**

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Em todas as informações financeiras apresentadas em reais os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

##### Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.5. Receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

##### Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

##### Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado

#### 2.6. Impostos

##### Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Atualmente, as provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15%, mais adicional de 10%, e 9%, respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas. As controladas da Companhia, fruto dos incentivos fiscais, possuem uma alíquota efetiva para os impostos correntes próxima de 15,25%.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.6. Impostos--Continuação

##### Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto diferido da Companhia se refere a diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

##### Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Contas a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

## **Renosa Participações S.A. e Consolidado**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **2. Políticas contábeis--Continuação**

#### **2.7. Subvenções governamentais**

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia e suas controladas recebem benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

#### **2.8. Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data de sua contratação. Ocasão em que inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurado ao valor justo por meio do resultado; (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponível para venda.

As controladas possuem instrumentos financeiros derivativos vigentes e estão divulgados na Nota 19.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos e contas a receber de empresas ligadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos, obrigações com arrendamento mercantil, subvenções governamentais e contas a pagar a empresas associadas.

## **Renosa Participações S.A. e Consolidado**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **2. Políticas contábeis--Continuação**

#### **2.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia e suas controladas efetuaram o cálculo do ajuste a valor presente incidente sobre o saldo do passivo das subvenções governamentais.

#### **2.10. Imobilizado**

O ativo imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia e suas controladas reconhecem essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, estão demonstradas na Nota 13.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

## **Renosa Participações S.A. e Consolidado**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **2. Políticas contábeis--Continuação**

#### **2.11. Arrendamentos mercantis**

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, do direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia e suas controladas basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a as controladas da Companhia obterão a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou o prazo do arrendamento mercantil, dos dois, o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

#### **2.12. Custos de empréstimos**

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando aplicável, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

#### **2.13. Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.13. Ativos intangíveis--Continuação

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

#### 2.14. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas de vendas.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.15. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

##### Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

##### Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.16. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

##### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

##### Programa de participação nos resultados

A Administração da Companhia e suas controladas provisionaram a participação dos administradores e funcionários no resultado, em função de metas operacionais e financeiras.

#### 2.17. Informações por segmento

A Companhia atua no segmento de produção e comercialização de bebidas. As unidades operacionais da Companhia e suas Controladas em conjunto fazem parte de um único processo produtivo. Dessa forma, conclui-se sobre a existência de uma única unidade geradora de caixa e conseqüentemente sobre a existência de um único segmento operacional.

#### 2.18. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo CPC e/ou IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das informações intermediárias da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos, quando aplicáveis, quando se tornarem vigentes.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.18. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor-- Continuação

- a. CPC 47 - Receita de contratos com cliente: A nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. A norma é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando o impacto nas suas demonstrações contábeis;
- b. CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Tem o objetivo, em última instância, de substituir o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento do CPC 38 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38 foi extinto pelos conceitos desta nova norma. A norma entrará em vigor em 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando o impacto nas suas demonstrações contábeis.
- c. IFRS 16 - Leasing: Estabelece que os arrendamentos sejam reconhecidos no balanço patrimonial do arrendatário, sendo registrado um passivo para pagamentos futuros e um ativo intangível para o direito de uso. A definição de arrendamento abrange todos os contratos que dão direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando o impacto nas suas demonstrações contábeis.

#### 2.19. Contabilidade de hedge

Para fins de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), existem as seguintes classificações:

- *Hedge* de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado;

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.19. Contabilidade de hedge--Continuação

- *Hedge* de fluxo de caixa, ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado;
- *Hedge* de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.

A parte eficaz do ganho ou perda do investimento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida no resultado financeiro.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado.

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

#### Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requerem que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

#### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir:

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos--Continuação

#### Estimativas e premissas--Continuação

##### *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 15.

##### *Impostos*

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 10.

##### *Valor justo de instrumentos financeiros*

O valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial é obtido através de mercados ativos.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos--Continuação

#### Estimativas e premissas--Continuação

##### *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	10	9	35.711	20.665
Aplicações financeiras	360	5.381	273.147	254.003
	<b>370</b>	<b>5.390</b>	<b>308.858</b>	<b>274.668</b>

Equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a percentual médio de 95,9% (2015: 95% a 101%) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia e suas controladas, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Estas operações têm vencimentos inferiores a 3 meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor. A natureza das operações está demonstrada abaixo:

#### Equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
CDB	-	-	16.140	13.241
Debêntures compromissadas	360	5.381	257.007	240.762
	<b>360</b>	<b>5.381</b>	<b>273.147</b>	<b>254.003</b>

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 5. Conta vinculada e obrigações com antigos acionistas

As aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários estão representadas por fundos DI, Certificados de Depósitos Bancário ("CDBs"), renda fixa, operações compromissadas e fundo de ações. As operações classificadas no longo prazo são resgatáveis em prazo superior a 90 dias da data do balanço.

Em função das obrigações descritas nos contratos de empréstimos com instituições financeiras, dos compromissos referentes às operações de compra das empresas e re aquisição das ações da CMR, a Companhia realizou aplicações conforme tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fundo de investimento (i)	-	3.342	-	3.342
CDB e fundo de investimento (ii)	-	-	<b>72.296</b>	104.664
	-	3.342	<b>72.296</b>	108.006
Circulante	-	(3.342)	-	(3.342)
Não circulante	-	-	<b>72.296</b>	104.664

- (i) Em 2 de março de 2010, Companhia publicou edital de Oferta Pública para Aquisição ("OPA") de ações ordinárias e preferenciais das classes "A", "B", "C" e "D" de emissão da controlada CMR, representando à época 7,45954% do capital social da CMR. Conforme definido nos termos da OPA, o registro de companhia aberta da CMR foi cancelado uma vez que não houve oposição expressa por parte de acionistas representando mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação.

Em 2016, decorreu o prazo para que os detentores dessas ações reclamassem o direito pelo seu reembolso. Dessa forma a Companhia efetuou o resgate da referida aplicação financeira, assim como reverteu o passivo contabilizado contra conta de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

- (ii) A controlada CMR possui R\$72.296 (R\$108.006 em 2015) aplicados em CDB e fundos de investimento no Banco Bradesco referente à conta vinculada (escrow) contratada quando da negociação das aquisições da CBA (posteriormente incorporada em agosto 2013) e CAF. A expectativa de liquidação destes valores ou sua liberação ao antigo acionista se dará parte até 2018 e parte do saldo a depender dos prazos prescricionais dos processos.

Esses valores servem para garantir processos cíveis, tributários, trabalhistas e outras contingências de responsabilidade dos antigos acionistas, que porventura venham a surgir contra a Companhia. Esses passivos, registrados a valor justo, se aproximam do valor depositado da conta vinculada. A controlada CMR reconhece o mesmo valor aplicado em conta vinculada como obrigações com os antigos acionistas.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 6. Contas a receber (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as contas a receber de clientes possuíam a seguinte composição:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Partes relacionadas (Nota 7)	<b>909</b>	277
Contas a receber de clientes	<b>414.758</b>	341.324
	<b>415.667</b>	341.601
(-) Ajuste a valor presente	<b>(1.943)</b>	-
(-) Provisão para bonificações	<b>(7.711)</b>	(4.847)
	<b>406.013</b>	336.754
(-) Perda por redução ao valor recuperável	<b>(10.675)</b>	(9.474)
	<b>395.338</b>	327.280

A Companhia e suas controladas têm como prática calcular a provisão para perda ao valor recuperável com os seguintes critérios, 15% dos saldos vencidos de 31 a 60 dias; 30% dos saldos vencidos de 61 a 120 dias; e 100% dos saldos vencidos acima de 120 dias. Adicionalmente, a Companhia efetua a análise individual dos clientes para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Vide a seguir as movimentações na provisão para perda por redução ao valor recuperável dos montantes a receber (ver divulgação sobre risco de crédito na Nota 29).

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Saldo inicial	(9.474)	(11.712)
Constituição	<b>(15.195)</b>	(8.641)
Baixas incobráveis	<b>13.994</b>	10.879
Saldo final	<b>(10.675)</b>	(9.474)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Prazo:		
A vencer	<b>331.570</b>	283.185
Vencidos		
1 a 30 dias	<b>52.050</b>	29.113
31 a 60 dias	<b>3.317</b>	4.217
61 a 120 dias	<b>5.844</b>	6.115
121 a 360 dias	<b>5.758</b>	10.857
Vencidos há mais de 360 dias	<b>7.474</b>	3.267
	<b>406.013</b>	336.754
(-) Perda por redução ao valor recuperável	<b>(10.675)</b>	(9.474)
	<b>395.338</b>	327.280

Em 31 de dezembro de 2016 o giro médio das contas a receber de clientes foi de 34 dias (29 dias em 2015).

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 7. Partes relacionadas (Consolidado)

As tabelas a seguir apresentam os saldos em aberto, bem como o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos exercícios findos naquelas datas.

	2016	2015
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes (Nota 6)		
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	800	277
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	109	-
	<b>909</b>	<b>277</b>
Contas a receber de empresas associadas		
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.	15.479	15.823
Holdco0 Participações S.A.	5	-
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	15.252	9.028
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	4.063	-
	<b>34.799</b>	<b>24.851</b>
Passivo circulante – Fornecedores (Nota 16)		
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.	78.340	54.155
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	9.660	4.930
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	13.138	-
Total Distribuidora Ltda.	18.894	11.633
	<b>120.032</b>	<b>70.718</b>
Contas a pagar a empresas associadas		
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.	3.349	7.411
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	1.380	159
	<b>4.729</b>	<b>7.570</b>

A Recofarma Indústria do Amazonas Ltda. é o principal fornecedor de insumos da Companhia. A mesma fornece o concentrado, principal matéria-prima para fabricação de refrigerantes. A Recofarma é uma empresa do grupo “*The Coca-Cola Company*”.

#### Empresas líderes do conglomerado

A Renosa Participações S.A. é uma *joint venture* controlada conjuntamente pela Calila Investimentos S.A., TJ Participações S.A. e Refrigerantes do Noroeste S.A. (acionistas diretos da também investidora Holdco 0 Participações S.A.) representando 69,1% das ações, com participação da Forsab Investments (Proprietary) Limited e Manchional Investment Holding S.A.R.L., conjuntamente representando 30,9% das ações.

#### Entidades com influência significativa sobre a Companhia e controladas

A Renosa Participações S.A. é detentora de 66% das ações ordinárias da Solar. BR Participações S.A.. A Recofarma Indústria do Amazonas Ltda. detém os 34% remanescentes das ações ordinárias da Solar.BR.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 7. Partes relacionadas (Consolidado)--Continuação

#### Joint ventures em que a Companhia tem participação indireta

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a controlada Solar.BR detém, indiretamente através de sua controlada Norsa, 6,81% do capital da Leão Alimentos e Bebidas Ltda.. Adicionalmente, em 2016, a Norsa adquiriu participação de 5,79% do capital da Trop Frutas do Brasil Ltda., produtora de polpa de frutas localizada em Linhares, ES.

Em 31 de dezembro de 2016, a controlada Solar.BR detém, indiretamente através de sua controlada CMR, 50% do capital social da Cristal Águas do Nordeste Ltda. (100% em 2015). Conforme comentado na Nota 1(c), em fevereiro de 2016 a CMR concluiu a venda de 50% das quotas do capital social da CAF. Essa investida deixou de ser consolidada em 2016.

#### Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços contratados entre as partes. O contas a receber de empresas associadas, no ativo circulante, e a conta de fornecedores referentes a Recofarma Indústria do Amazonas Ltda., Total Distribuidora Ltda. e Leão Alimentos e Bebidas Ltda. representam operações mercantis entre partes relacionadas, realizadas a preços e prazos acordados entre as partes. A Leão Alimentos e Bebidas Ltda. e a Total Distribuidora Ltda. são fabricantes das bebidas não carbonatadas.

As operações de mútuo são efetuadas em condições e prazos acordados entre as partes.

#### Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia e suas controladas

No exercício de 2016, as despesas com honorários dos conselheiros e diretores da Companhia, totalizaram R\$17.284 (R\$16.876 em 2015). A remuneração do pessoal-chave da Administração é paga pela controlada Solar.BR.

#### Plano de remuneração baseado em ações da diretoria estatutária da controlada Solar.BR

O Programa de Incentivo de Longo Prazo foi iniciado em julho de 2013 e visa regulamentar a remuneração variável de longo prazo concedida a determinados executivos da Companhia, denominada "Bônus de Longo Prazo com Conversão para Phantom Shares após Período de Performance" ("Plano"), e tem por finalidades principais:

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 7. Partes relacionadas (Consolidado)--Continuação

Plano de remuneração baseado em ações da diretoria estatutária da controlada Solar.BR--  
Continuação

- i. incentivar a superação de metas e a maximização dos resultados da Companhia;
- ii. alinhar os interesses dos beneficiários do Plano com os interesses dos acionistas da Companhia;
- iii. fomentar a criação de cultura em que os executivos atuem como donos da Companhia (senso de propriedade); e
- iv. possibilitar à Companhia a manutenção de executivos, oferecendo-lhes, como vantagem adicional, a oportunidade de auferirem vantagem patrimonial decorrente do bom desempenho e da valorização da Companhia.

São elegíveis ao Plano os executivos da Companhia, assim entendidos aqueles que pertençam aos Grades 1, 2, 3 e 4 (diretores, vice-presidentes e presidente). O Plano abrange metas de ciclo de 3 anos que, conforme o seu alcance, acarretarão na concessão de ações virtuais da controlada Solar.BR ("Phantom Shares"), as quais poderão ser convertidas em espécie (R\$) e resgatadas pelos executivos após período de carência.

As metas atreladas ao Plano são estipuladas pela Diretoria da controlada Solar.BR e aprovadas em reunião do Conselho de Administração, que também estabelece as regras de carência e resgate.

Na data da outorga este valor é convertido em *phantom shares*. O resgate pelo associado pode ser realizado até o 10º ano seguinte ao período de outorga.

O preço de exercício será reajustado pela variação do lucro líquido da Companhia entre a data da outorga e a data de exercício, calculado como um múltiplo do *phantom share*.

O valor das ações é reajustado anualmente pela variação do lucro líquido da controlada Solar.BR, o saldo atualizado do valor a pagar referente a este benefício em 31 de dezembro de 2016 é de R\$8.721 (R\$1.932 em 2015), registrados na rubrica de obrigações trabalhistas e previdenciárias.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 8. Estoques (Consolidado)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Produtos acabados	45.554	48.644
Matéria-prima e embalagem	49.661	44.173
Materiais auxiliares	2.965	3.431
Mercadorias para revenda	43.389	57.369
Almoxarifado	98.653	102.080
Almoxarifado marketing	10.406	12.823
Estoque de vasilhames	2.000	5.242
Estoque de pallets e eucatex	13.308	20.762
Provisão perdas em estoque	(2.836)	(7.066)
Outros	620	739
	<u>263.720</u>	<u>288.197</u>

### 9. Tributos a recuperar e obrigações tributárias

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2016	2015	2016	2015
Ativo				
ICMS a recuperar	-	-	94.218	86.141
ICMS a recuperar sobre ativo fixo	-	-	118.576	87.577
IPI a recuperar (a)	-	-	57.629	116.781
PIS a recuperar	-	-	6.758	6.568
COFINS a recuperar	-	-	31.488	27.885
IR/CSLL a recuperar	-	-	48.035	57.197
Outros impostos a recuperar	1.410	733	19.181	36.920
	<u>1.410</u>	<u>733</u>	<u>375.885</u>	<u>419.069</u>
Circulante	<u>(1.410)</u>	<u>(733)</u>	<u>(258.745)</u>	<u>(337.782)</u>
Não circulante	-	-	117.140	81.287
Passivo circulante				
ICMS a recolher	-	-	60.470	44.701
IRRF a recolher	-	-	2.050	1.678
IR/CSLL a recolher	-	-	10.484	6.956
PIS a recolher	-	-	7.395	6.201
COFINS a recolher	-	-	31.314	29.073
IPI a recolher	-	-	-	362
Outros impostos a recolher	1	5	1.725	1.731
	<u>1</u>	<u>5</u>	<u>113.438</u>	<u>90.702</u>

(a) IPI a recuperar - Ao longo dos últimos anos, as controladas acumularam créditos de tributos federais em decorrência da forma de tributação do IPI. Com as mudanças ocorridas na legislação a partir do ano de 2012, as controladas pararam de acumular tais créditos em suas transações correntes, sendo estes compensados e recuperáveis a partir de então.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 10. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Consolidado)

A Companhia fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O imposto de renda diferido foi registrado à alíquota de 15%, com o adicional de 10%. A contribuição social diferida foi registrada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

#### Em 31 de dezembro de 2016

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Prejuízos fiscais e base negativa contribuição social	22.900	8.904	31.804
Perda por redução ao valor recuperável	2.669	961	3.630
Provisão para contingências	47.562	17.123	64.685
Perdas em operações de <i>swap</i>	16.909	6.250	23.159
Ágio	(38.642)	(13.953)	(52.595)
Ajuste a valor presente de ativos e passivos, líquido	(5.070)	(1.826)	(6.896)
Mais valia de ativos (custo atribuído)	(11.513)	(4.145)	(15.658)
Provisões para perdas e outras	9.236	3.326	12.562
	<b>44.081</b>	<b>16.610</b>	<b>60.691</b>

#### Em 31 de dezembro de 2015

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Prejuízos fiscais e base negativa contribuição social	19.916	7.829	27.745
Perda por redução ao valor recuperável	2.369	853	3.222
Provisão para tributos questionados judicialmente	7.937	2.857	10.794
Provisão para perdas permanentes	7.090	2.552	9.642
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	36.092	12.993	49.085
Perdas em operações de <i>swap</i>	28.471	10.250	38.721
Provisão despesas de marketing	342	123	465
Ágio	(13.769)	(6.508)	(20.277)
Ajuste a valor presente de ativos e passivos, líquido	(676)	(243)	(919)
Outras provisões temporariamente indedutíveis	542	195	737
Provisão Reserva Avaliação/ AVP – PRODESIN	(16.077)	(6.057)	(22.134)
	<b>72.237</b>	<b>24.844</b>	<b>97.081</b>

O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo da Companhia são constituídos, substancialmente, por diferenças temporárias e prejuízo acumulado, proveniente em sua quase totalidade, de contingências fiscais, cíveis e trabalhistas. Tendo em vista a imprevisibilidade do encerramento destes processos, não é possível estimar uma data específica da realização.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 10. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Consolidado)-- Continuação

#### Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<b>Imposto de renda</b>	<b>Contribuição social</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	74.456	21.070	95.526
Constituição (realização):			
Na demonstração do resultado	(6.850)	2.107	(4.743)
Em outros resultados abrangentes	4.631	1.667	6.298
Saldo em 31 de dezembro de 2015	72.237	24.844	97.081
Constituição (realização):			
Na demonstração do resultado:			
Por novas provisões (realizações)	<b>(26.646)</b>	<b>(7.771)</b>	<b>(34.417)</b>
Pelo desreconhecimento da CAF	<b>(531)</b>	<b>(110)</b>	<b>(641)</b>
Em outros resultados abrangentes	<b>(979)</b>	<b>(353)</b>	<b>(1.332)</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<b>44.081</b>	<b>16.610</b>	<b>60.691</b>

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Corrente		
Imposto de renda	<b>(46.427)</b>	(57.108)
Redução de incentivo fiscal (Nota 21)	<b>40.552</b>	50.575
Contribuição social	<b>(10.795)</b>	(22.141)
	<b>(16.670)</b>	(28.674)
Diferidos		
Imposto de renda	<b>(26.646)</b>	(6.850)
Contribuição social	<b>(7.771)</b>	2.107
	<b>(34.417)</b>	(4.743)
	<b>(51.087)</b>	(33.417)

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 10. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Consolidado)-- Continuação

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no resultado dos exercícios de 2016 e 2015 estão demonstrados a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>438.250</b>	372.203
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	<b>(149.005)</b>	(126.549)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Redução de incentivo fiscal de imposto de renda	<b>40.552</b>	50.575
Equivalência patrimonial	<b>(1.173)</b>	600
Exclusão de incentivos fiscais de ICMS	<b>80.769</b>	83.993
Outras exclusões (adições), líquidas	<b>(22.230)</b>	(42.036)
	<u><b>(51.087)</b></u>	<u>(33.417)</u>
Alíquota efetiva	<b>11,7%</b>	9,0%

### 11. Depósitos judiciais (Consolidado)

Tendo em vista a existência de dúvidas quanto à legalidade e constitucionalidade da cobrança de determinados tributos e encargos sociais, a controladora e as controladas ajuizaram ações, efetuando depósitos em juízo dos valores questionados. Os principais depósitos judiciais referem-se a:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Causas trabalhistas (Nota 21b)	<b>73.019</b>	81.369
Fiscais - ICMS	<b>1.376</b>	1.217
Fiscais - COFINS	<b>19.635</b>	18.240
Fiscais - outros	<b>95.944</b>	67.605
Outras	<b>2.303</b>	4.600
	<u><b>192.277</b></u>	<u>173.031</u>

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 12. Investimentos

#### Composição dos saldos

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Avaliados a equivalência patrimonial:				
Leão Alimentos e Bebidas Ltda. (a)	-	-	<b>87.383</b>	66.054
Crystal Águas do Nordeste Ltda.(b)	-	-	<b>28.393</b>	-
Trop Frutas do Brasil Ltda. (c)	-	-	<b>23.238</b>	-
Solar.BR Participações S.A.	<b>1.384.240</b>	1.296.222	-	-
Ágio na constituição da Solar.BR	<b>1.392.288</b>	1.392.288	-	-
	<b>2.776.528</b>	2.688.510	<b>139.014</b>	66.054

- (a) O investimento da Leão Alimentos e Bebidas Ltda. é avaliado ao método de equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido e resultado do ano desta investida é de R\$1.099.344 e R\$55.630 (prejuízo), respectivamente. Quando da aquisição de participação na Leão Alimentos e Bebidas Ltda., o valor de R\$13.388 foi designado como ágio.
- (b) O investimento na Trop Frutas do Brasil Ltda. é avaliado ao método da equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido e o resultado do ano desta investida é de R\$401.334 e R\$479 (prejuízo), respectivamente. Não houve ágio na aquisição da Trop Frutas do Brasil Ltda..
- (c) Conforme comentado na Nota 1(c), após a alienação de 50% das quotas do capital social da CAF, a Companhia deixou de consolidar seus saldos.

#### Informações sobre investimentos na Solar.BR Participações

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Lucro líquido	<b>464.398</b>	423.179
Patrimônio líquido	<b>2.097.332</b>	1.963.972
% de participação	<b>66%</b>	66%

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 12. Investimentos--Continuação

#### Movimentação

	Controladora		Consolidado		
	Solar.BR	Leão Alimentos	Trop Frutas	CAF	Total
Em 31 de dezembro de 2014	2.438.844	63.834	-	-	63.834
Aumento em participação em controlada	186.885	3.953	-	-	3.953
Recebimento de dividendos adicionais	(142.134)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	(8.048)	-	-	-	-
Dividendos a receber	(66.333)	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	279.298	(1.766)	-	-	(1.766)
Outros	(2)	33	-	-	33
Em 31 de dezembro de 2015	2.688.510	66.054	-	-	66.054
Adição de Investimentos	-	<b>26.853</b>	<b>22.832</b>	-	<b>49.685</b>
Roconhecimento de investimentos em coligada	-	-	-	<b>18.759</b>	<b>18.759</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	-	<b>479</b>	-	-	<b>479</b>
Recebimento de dividendos adicionais	<b>(148.167)</b>	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	<b>2.476</b>	-	-	-	-
Dividendos a receber	<b>(72.794)</b>	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	<b>306.503</b>	<b>(6.003)</b>	<b>406</b>	<b>9.407</b>	<b>3.450</b>
Outros	-	-	-	<b>587</b>	<b>587</b>
Em 31 de dezembro de 2016	<b>2.776.528</b>	<b>87.383</b>	<b>23.238</b>	<b>28.393</b>	<b>139.014</b>

#### Movimentação dos dividendos a receber

	2016	2015
Saldo inicial	<b>66.333</b>	50.537
Dividendos propostos por controladas	<b>220.961</b>	217.491
Recebimento de dividendos de controladas	<b>(214.500)</b>	(201.695)
Saldo final	<b>72.794</b>	66.333

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 13. Imobilizado (Consolidado)

#### a) Composição dos saldos

	Taxas anuais de depreciação	2016		2015	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	82.933	-	82.933	79.626
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3,7%	21.833	(6.432)	15.401	16.473
Edificações	3,7%	520.023	(122.433)	397.590	335.120
Máquinas e equipamentos	6,7%	885.501	(392.230)	493.271	492.784
Móveis e utensílios	10,0%	30.258	(12.956)	17.302	17.087
Garrafas e embalagens	20,0%	490.671	(310.920)	179.751	163.868
Congeladores	10% e 12,5%	300.561	(149.035)	151.526	157.375
Computadores e periféricos	20,0%	58.331	(40.811)	17.520	17.205
Veículos	20,0%	221.862	(104.969)	116.893	108.913
Veículos Leasing	16,67%	61.397	(45.275)	16.122	26.057
Pallets	50,0%	14.285	(8.488)	5.797	-
Outras imobilizações	5% a 20%	201.711	(52.988)	148.723	111.777
Imobilizado em andamento	-	87.767	-	87.767	141.662
		<b>2.977.133</b>	<b>(1.246.537)</b>	<b>1.730.596</b>	<b>1.667.947</b>

#### b) Movimentação dos saldos

	2015	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	CAF(i)	Outras	2016
Terrenos	79.625	3.900	-	-	-	(592)	-	82.933
Benfeitorias em imóveis de terceiros	16.473	339	-	(1.792)	380	-	1	15.401
Edificações	335.120	42.984	-	(17.328)	40.985	(4.171)	-	397.590
Máquinas e equipamentos	492.784	63.230	1.157	(63.424)	14.762	(16.137)	899	493.271
Móveis e utensílios	17.087	4.195	(56)	(2.498)	-	(126)	(1.300)	17.302
Garrafas e embalagens	163.868	82.883	(297)	(66.745)	-	-	42	179.751
Congeladores	157.375	21.468	(1.129)	(38.619)	10.759	-	1.672	151.526
Computadores e periféricos	17.205	7.201	(56)	(6.695)	(1)	(6)	(128)	17.520
Veículos	108.913	28.168	1.141	(23.161)	1.832	-	-	116.893
Veículos - Leasing	26.057	-	(3.998)	(3.451)	-	-	(2.486)	16.122
Pallets	-	14.514	(188)	(8.529)	-	-	-	5.797
Outras imobilizações	111.778	42.535	(8)	(13.824)	13.529	(3.040)	(2.247)	148.723
Imobilizado em andamento	141.662	31.324	-	-	(82.246)	(2.970)	(3)	87.767
	<b>1.667.947</b>	<b>342.741</b>	<b>(3.434)</b>	<b>(246.066)</b>	<b>-</b>	<b>(27.042)</b>	<b>(3.550)</b>	<b>1.730.596</b>

(i) Corresponde aos saldos da CAF que deixaram de ser consolidados a partir de 1º de fevereiro de 2016.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 13. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

#### b) Movimentação dos saldos--Continuação

	2014	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	2015
Terrenos	66.372	14.125	-	-	(872)	79.625
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11.511	5.623	-	(711)	50	16.473
Edificações	301.643	41.204	(206)	(19.232)	11.711	335.120
Máquinas e equipamentos	461.424	101.737	(2.690)	(48.705)	(18.982)	492.784
Móveis e utensílios	13.770	6.326	(42)	(520)	(2.447)	17.087
Garrafas e embalagens	149.431	57.415	(644)	(59.654)	17.320	163.868
Congeladores	168.033	14.049	(2.966)	(29.980)	8.239	157.375
Computadores e periféricos	17.611	6.528	(43)	(5.820)	(1.071)	17.205
Veículos	88.818	37.972	(1.845)	(16.342)	310	108.913
Veículos - Leasing	52.009	(16.662)	1.283	(9.205)	(1.368)	26.057
Outras imobilizações	65.907	38.597	653	(19.173)	25.794	111.778
Imobilizado em andamento	125.091	56.014	(759)	-	(38.684)	141.662
	<u>1.521.620</u>	<u>362.928</u>	<u>(7.259)</u>	<u>(209.342)</u>	<u>-</u>	<u>1.667.947</u>

#### *Imobilizado em andamento*

O saldo do imobilizado em andamento refere-se a máquinas e equipamentos, equipamentos de mercado e obras civis que entrarão em uso no exercício seguinte.

#### *Custos de empréstimos capitalizados*

Os custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de aproximadamente R\$3.037 (R\$9.535 em 2015). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 5,57% a.a. (12,04% a.a. em 2015), que representa a taxa efetiva dos empréstimos específicos.

#### *Arrendamentos mercantis financeiros e ativos em construção*

As controladas possuem certos contratos de aluguel que, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil, são classificados como arrendamentos financeiros. As controladas classificam um arrendamento como financeiro quando pelo menos uma das seguintes condições é atendida:

- (i) Há a transferência de propriedade do ativo para a Empresa no fim do prazo do arrendamento;
- (ii) A Empresa tem a opção de comprar o ativo por um preço que se espera seja suficientemente mais baixo do que o justo valor à data em que a opção se torne exercível, e a Administração possui uma intenção provável de exercê-la;

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 13. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

#### *Arrendamentos mercantis financeiros e ativos em construção--Continuação*

- (iii) O prazo do arrendamento refere-se à maior parte da vida econômica do ativo, mesmo que a propriedade não seja transferida. A Administração da Empresa entende que 75% correspondem à maior parte da vida econômica do ativo; e
- (iv) No início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento totaliza pelo menos substancialmente todo o valor justo do ativo arrendado. A Administração da Empresa entende que 90% correspondem substancialmente ao valor justo do ativo arrendado.

A vida útil das benfeitorias em imóveis arrendados é limitada ao prazo do contrato de arrendamento ou à vida útil econômica do bem. Abatimentos, carências e descontos são considerados no cálculo dos aluguéis mínimos a serem utilizados para cálculo do critério "iv" acima.

Com base nas análises acima, a controlada Norsa Refrigerantes S.A classificou os contratos de arrendamento em financeiro e operacional conforme segue:

#### c) Arrendamentos financeiros

A controlada da Companhia possui cinco contratos de arrendamento que foram classificados como arrendamento financeiro. Os principais efeitos nas demonstrações contábeis estão descritos a seguir:

##### c.1) *Ativo imobilizado ("Propriedades com Arrendamento Mercantil")*

Tipo	Prazo do contrato	2016		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Caminhões	6 anos	49.802	(42.490)	7.312
Empilhadeiras	3 anos	11.595	(2.785)	8.810
		<b>61.397</b>	<b>(45.275)</b>	<b>16.122</b>

  

Tipo	Prazo do contrato	2015		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Caminhões	6 anos	69.806	(44.330)	25.476
Empilhadeiras	4 anos	3.994	(3.810)	184
Outros	5 anos	1.009	(612)	397
		<b>74.809</b>	<b>(48.752)</b>	<b>26.057</b>

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 13. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

#### c) Arrendamentos financeiros--Continuação

##### c.2) *Obrigações com arrendamento mercantil*

O vencimento dos pagamentos dos aluguéis mínimos dos arrendamentos financeiros está descrito a seguir:

2016			
Vencimento	Pagamentos mínimos contratuais	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos contratuais
2017	14.597	(6.275)	8.322
2018 em diante	11.694	(3.844)	7.850
	<b>26.291</b>	<b>(10.119)</b>	<b>16.172</b>

  

2015			
Vencimento	Pagamentos mínimos contratuais	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos contratuais
2016	13.780	(3.637)	10.143
2017 em diante	19.764	(3.850)	15.914
	<b>33.544</b>	<b>(7.487)</b>	<b>26.057</b>

##### c.3) *Contas de resultado*

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a controlada Norsa registrou no resultado do exercício, R\$7.232 (R\$9.238 em 2015) de despesas de depreciação, R\$14.820 (R\$19.476 em 2015) de despesas de juros com arrendamento financeiro. O total de aluguéis mínimos pagos no mesmo período totalizou R\$14.826 (R\$16.822 em 2015).

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$16.122 (R\$26.057 em 2015). Todos os itens sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro são garantidos pelos próprios bens objetos dos contratos.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 13. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

#### d) Arrendamentos operacionais

As controladas possuem 18 contratos de arrendamento classificados como operacionais (17 contratos em 2015), os quais referem-se, substancialmente, a aluguel de imóveis, empilhadeiras e outros, que possuem os seguintes vencimentos:

Vencimento	Pagamentos mínimos contratuais	
	2016	2015
2016	-	6.828
2017	4.480	1.804
2018 em diante	14.757	10.469
	<u>19.237</u>	<u>19.101</u>

O total dos pagamentos mínimos dos arrendamentos operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de aproximadamente R\$18.423 (R\$20.462 em 2015).

#### *Ativos concedidos em garantias*

Edificações, congeladores e outros equipamentos com valor contábil de R\$236.615 (R\$292.261 em 2015) estão sujeitos à hipoteca de primeiro grau como garantia de empréstimos bancários da Companhia e suas controladas.

#### *Considerações sobre impairment*

A Administração monitora os indicativos de que seus ativos imobilizados possam estar com seus valores contábeis em excesso ao seu valor recuperável. Assim, ao menos anualmente a Administração avalia se há alguma indicação de que um ativo ou grupo de ativos possa ter sofrido desvalorização. Na sua análise a Administração considera os resultados operacionais e geração de caixa no nível das suas unidades fabris, além de mudanças de tecnologia que impactem suas linhas de produção, eventuais linhas de produtos descontinuadas e que impliquem em redução e/ou descontinuação do uso da linha de produção, volumes de produção, aspectos marco econômicos, dentre outros.

Com base nessas análises a Administração concluiu que não há indicativos de perda em 31 de dezembro de 2016 e 2015.  
demonstrações contábeis

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 14. Intangível (Consolidado)

#### Composição

	2016		2015	
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Softwares	94.719	(51.938)	42.781	32.259
Ágio adquirido (b)	590.204	-	590.204	590.204
Direito de lavra	22.094	-	22.094	28.865
Licenças (c)	2.909.760	-	2.909.760	2.909.760
	<b>3.616.777</b>	<b>(51.938)</b>	<b>3.564.839</b>	<b>3.561.088</b>

#### Movimentação

	2016	2015
Saldo inicial	3.561.088	3.556.549
Aquisições de software	20.862	13.664
Amortização de softwares	(10.312)	(9.125)
Efeitos desconsolidação da CAF (a)	(6.771)	-
Outras	(28)	-
Saldo no fim do exercício	<b>3.564.839</b>	<b>3.561.088</b>

(a) Conforme comentado na Nota 1, a partir de 1º de fevereiro de 2016, a Companhia deixou de consolidar os saldos da então controlada CAF devido à alienação de 50% do seu capital social e consequente perda de controle, nos termos do CPC 18.

(b) Refere-se ao somatório dos ágios a seguir:

- Ágio de R\$308.724 mil pela aquisição de investimentos a valor justo na Solar.BR Participações S.A.;
- Ágio de R\$15.270 pagos pela controlada da Norsa Refrigerantes S.A., na aquisição da Real Bebidas (empresa incorporada pela NRN Comércio de Bebidas Ltda.);
- Ágios de R\$28.368 e R\$5.747 pagos pela controlada Companhia Maranhenses de Refrigerantes, na aquisição das empresas Companhia de Alimentos e Bebidas do São Francisco - CBA e Companhia das Águas Funcionais do Nordeste - CAF, respectivamente;
- Ágio de R\$15.173 pago pela Companhia Maranhense de Refrigerantes na aquisição de participação significativa da Refrescos Guararapes;

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 14. Intangível (Consolidado)--Continuação

(b) Refere-se ao somatório dos ágios a seguir--Continuação:

- Ágio de R\$190.658 constituído por meio de aumento de capital aportado pela Recofarma Indústria do Amazonas Ltda., Coca-Cola Indústrias Ltda. e Renosa Participações S.A., quando da criação da Solar.BR, compondo o investimento da Refrescos Guararapes Ltda.; e
- Goodwill de R\$26.264 pagos pela Norsa no arrendamento da operação da Bahia pertencente ao Grupo Calmon.

A partir de janeiro de 2009, o saldo dos ágios fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, não foram mais amortizados, passando a ser submetido a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável. Para fins fiscais é realizado um imposto de renda diferido sobre a amortização fiscal que totalizou R\$(52.595) em 31 de dezembro de 2015 (R\$20.277 em 2015).

(c) Considera-se como licença, o direito de exploração dos produtos da marca em uma determinada área geográfica. As licenças possuem a seguinte composição:

- R\$1.507.413 pela aquisição de controle da Nordeste Refrigerante S.A. em 2013..
- R\$1.116.769 pela aquisição de controle da Refrescos Guararapes Ltda. (incluindo Sucovalle) em 2013.
- R\$285.578 pela aquisição de controle da Companhia Brasileira de Alimentos e Bebidas do São Francisco em 2011, posteriormente incorporada pela Companhia Maranhense de Refrigerantes.

### 15. Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida (Consolidado)

O valor recuperável das unidades foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxo de caixa aprovadas pela alta administração. O fluxo de caixa projetado foi sensibilizado com as melhores estimativas de volume, baseada nas previsões de crescimento da economia da região, na participação de mercado da Solar.BR e na tendência do consumo de bebidas não alcoólicas. No longo prazo, estes itens foram ajustados em consonância com a inflação projetada e crescimento do PIB da região.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 15. Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida (Consolidado)--Continuação

No que se refere às despesas operacionais, estas foram divididas em fixas e variáveis, em que as primeiras foram objetos de variação pela inflação projetada enquanto as variáveis sofrem o efeito da inflação e volume incremental. A taxa de desconto antes dos impostos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 12,48% (12,50% em 2015) e os fluxos de caixa que excedem o período de 5 (cinco) anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 6% (2% em 2015). Como resultado dessa análise, não foi identificado perda por redução ao valor recuperável.

#### Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso tanto para as unidades geradoras de caixa é mais sensível às seguintes premissas:

*Margens brutas* - As margens brutas são calculadas com base no planejamento da Companhia. Essas margens possuem suaves crescimentos devido ao ganho de eficiência, que é parcialmente compensado por pressões de custo provenientes de commodities e aumento de tributos.

*Inflação de preços de matérias-primas* - As estimativas são obtidas a partir de índices publicados para os países que fornecem as matérias-primas, bem como dados relativos às commodities em específico. Os valores estimados são utilizados se os dados estiverem publicamente disponíveis (principalmente para o Brasil e os Estados Unidos).

Alternativamente, as variações de preços de matérias-primas vêm sendo utilizadas como indicador de futuras variações de preço.

*Premissas de participação no mercado* - Essas premissas são importantes, uma vez que, além de utilizar dados do segmento para taxas de crescimento, possibilitam que a Administração avalie a posição de mercado da unidade em relação aos seus concorrentes e o reflexo disso no plano financeiro. Estima-se que a participação da Companhia e suas controladas no mercado de bebidas permaneça estável ao longo do período orçamentário, considerando as razões acima apresentadas.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 15. Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida (Consolidado)--Continuação

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso--Continuação

*Estimativas de taxas de crescimento* - As taxas são baseadas em pesquisas e estudos publicados sobre o setor.

Sensibilidade a mudanças nas premissas

No que se refere à avaliação do valor em uso das referidas unidades geradoras de caixa, estima-se que nenhuma mudança razoavelmente possível em qualquer uma das principais premissas acima mencionada levaria o valor contábil da unidade a exceder significativamente seu montante recuperável.

### 16. Fornecedores (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as contas a pagar a fornecedores possuíam a seguinte composição:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Partes relacionadas (Nota 7)	<b>120.032</b>	70.718
Fornecedores nacionais	<b>341.423</b>	385.723
Fornecedores risco sacado	<b>133.789</b>	-
	<b>595.244</b>	456.441
Ajuste a valor presente	<b>(6.249)</b>	-
	<b>588.995</b>	456.441

A Companhia mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com os seus principais fornecedores a operação de antecipação de seus recebíveis. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o banco em troca do recebimento antecipado do título. O banco, por sua vez, passa a ser credor da operação, sendo que a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. A operação acima realizada pela Companhia não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores e, portanto, a Companhia a classifica na rubrica de Fornecedores. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo a pagar negociado pelos fornecedores, e com aceite da Companhia e suas controladas, somava R\$133.789. As contas a pagar aos fornecedores são registradas inicialmente ao seu valor presente com contrapartida na conta de “Estoques”. A reversão do ajuste a valor presente é registrada na rubrica “Despesas financeiras” pela fruição de prazo.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 17. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Modalidade	Encargos	2016	2015
Banco do Nordeste S.A – FNE	7,61% a.a.	<b>174.058</b>	166.162
FINAME/BNDES	5,10 a.a.	<b>169.642</b>	203.913
FCO/Banco do Brasil	8,5% a.a.	-	529
Leasing	Juros de 0,60% a.a. + CDI	<b>562</b>	821
Capital de giro	Juros de 100% à 105% do CDI	<b>663.019</b>	712.954
		<b>1.007.281</b>	1.084.379
Circulante		<b>(349.876)</b>	(243.723)
Não circulante		<b>657.405</b>	840.656

Os empréstimos e financiamentos são garantidos por:

- Penhor de bens e hipoteca imobiliária / Fiança Bancária (FNE)
- Alienação fiduciária (FINAME);

Os montantes de longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2016	2015
2017	-	358.441
2018	<b>309.370</b>	252.139
2019	<b>222.673</b>	125.090
2020 em diante	<b>125.362</b>	104.986
	<b>657.405</b>	840.656

#### Cláusulas restritivas

A Companhia e suas controladas efetuaram a análise de cláusulas restritivas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e não possuem conhecimento de fatos ou circunstâncias que indicassem situação de não cumprimento ou desconformidade. As cláusulas restritivas dos empréstimos e financiamentos estão principalmente relacionadas à inadimplência, medidas judiciais ou extrajudiciais que comprometam a capacidade de pagamento, insolvência e comprometimento de garantias oferecidas.

#### Limites e índices financeiros:

O índice financeiro, que mede a relação entre a dívida líquida consolidada e o EBITDA ajustado, nos últimos 12 meses devidamente apresentado na demonstração contábil consolidada, deverá ser menor ou igual a 3,00. O índice financeiro, que mede a relação entre o EBITDA ajustado e o resultado financeiro líquido, também nos últimos 12 meses deverá ser maior ou igual a 2,00. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, todos os índices exigidos estão sendo cumpridos.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 18. Debêntures

Banco	Data de emissão	Data de vencimento	Tipo de emissão	Valor da emissão	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva	Controladora		Consolidado	
							2016	2015	2016	2015
Itaú	05/01/2015	31/05/2025	Simple	282.000	CDI + 2,65%	15,50%	<b>240.900</b>	262.666	<b>240.900</b>	262.666
Bradesco	05/01/2015	31/05/2025	Simple	281.000	CDI + 2,65%	15,50%	<b>240.047</b>	261.735	<b>240.047</b>	261.735
Bradesco	26/07/2013	27/06/2020	Simple	200.000	CDI+1,4%	13,07%	-	-	<b>130.709</b>	178.965
Bradesco	29/11/2011	29/11/2018	Simple	175.000	CDI+1,4%	13,07%	-	-	<b>69.369</b>	99.178
Itaú	29/11/2011	29/11/2018	Simple	175.000	CDI+1,4%	13,07%	-	-	<b>69.369</b>	99.178
							<b>480.947</b>	524.401	<b>750.394</b>	901.722
Circulante							<b>(56.995)</b>	(86.165)	<b>(164.787)</b>	(194.268)
Não circulante							<b>423.952</b>	438.236	<b>585.607</b>	707.454

A movimentação de debêntures durante o exercício é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo inicial	<b>524.401</b>	-	<b>901.722</b>	464.507
Captação de recursos	-	563.000	-	563.000
Juros apropriados	<b>78.958</b>	77.082	<b>126.114</b>	137.335
Amortização de principal	<b>(14.765)</b>	(110.000)	<b>(122.638)</b>	(195.045)
Juros pagos	<b>(107.647)</b>	(5.681)	<b>(156.096)</b>	(69.368)
Despesa de captação	-	-	<b>1.292</b>	1.293
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<b>480.948</b>	524.401	<b>750.394</b>	901.722

#### Controladora

Em em 12 de dezembro de 2014 foi assinada a escritura de contratação de debêntures (1ª emissão) junto aos Bancos Itaú BBA S.A. e Bradesco BBI S.A., no montante de R\$563.000, valor este liberado em 5 de janeiro de 2015.

Em 11 de maio de 2015 foi deliberado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária o pagamento extraordinário de R\$110.000 de principal, nos termos da escritura de contratação de debêntures.

#### Controladas

A controlada indireta Companhia Maranhense de Refrigerantes possui dois contratos de debêntures a seguir:

- (i) Em 18 de novembro de 2011 foi assinada a escritura de contratação de debêntures (1ª emissão) junto aos Bancos Itaú BBA S.A. e Bradesco BBI S.A., no montante de R\$350.000; e
- (ii) Em 26 de junho de 2013 foi assinada a escritura de contratação de debêntures (2ª emissão) junto ao Banco Bradesco S.A., no montante de R\$200.000.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 18. Debêntures--Continuação

Os montantes de longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
2017	-	14.765	-	120.857
2018	14.765	34.898	116.843	138.019
2019	34.898	34.898	74.493	74.896
2020	34.898	34.898	54.880	39.998
2021 em diante	339.391	318.777	339.391	333.684
	<b>423.952</b>	<b>438.236</b>	<b>585.607</b>	<b>707.454</b>

#### Limites e índices financeiros

O índice financeiro, que mede a relação entre a dívida líquida consolidada e o EBITDA ajustado, nos últimos 12 meses devidamente apresentado nas demonstrações contábeis consolidadas, deverá ser menor ou igual a 2,5.

O índice financeiro, que mede a relação entre o EBITDA ajustado e o resultado financeiro líquido consolidado, também nos últimos 12 meses deverá ser maior ou igual a 2,0 tomando por base os saldos das demonstrações contábeis consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2016, todos os índices exigidos estão sendo cumpridos.

#### Remuneração

As debêntures rendem juros correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 2,65% e 1,40% para suas controladas (1ª emissão) e 1,40% para suas controladas (2ª emissão) (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração").

#### Garantia

*Controladora:* as garantias são 10% de ações do capital social de sua investida Solar.BR e 9,70% das ações da própria Companhia.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 18. Debêntures--Continuação

#### Garantia--Continuação

*Controladas*: no momento da emissão as debêntures serão garantidas por fianças das empresas, CBA - Indústria e Comércio de Bebidas e Alimentos Ltda. (transformada em sociedade Limitada em 28 de junho de 2013 e posteriormente incorporada pela CMR - Companhia Maranhense de Refrigerantes), a Tocantins Refrigerantes Ltda. e a Crystal Águas do Nordeste Ltda. (transformadas em sociedade limitada em 28 de junho de 2013). Em 2014, as garantias foram substituídas pelas fianças das empresas, Solar.BR Participações S.A., a Tocantins Refrigerantes Ltda., Norsa Refrigerantes S.A. e Refresco Guararapes Ltda..

### 19. Instrumentos financeiros (Consolidado)

#### 19.1. Instrumentos financeiros derivativos - ativo

	2016	2015
Derivativos não designados como <i>hedges</i>		
Contratos a termo de mercadorias	584	1.638
Contratos a termo de moeda	-	3.282
Contratos <i>swap</i>	84.906	198.140
	<b>85.490</b>	203.060
Derivativos designados como <i>hedges</i>		
Contratos a termo de mercadorias	54	-
Contratos a termo de moeda	992	1.709
	<b>1.046</b>	1.709
	<b>86.536</b>	204.769
Circulante	<b>(34.573)</b>	(42.717)
Não circulante	<b>51.963</b>	162.052

#### 19.2. Instrumentos financeiros derivativos - passivo

	2016	2015
Derivativos não designados como <i>hedges</i>		
Contratos a termo de mercadorias	1.981	65.784
Contratos a termo de moeda	-	2.342
	<b>1.981</b>	68.126
Derivativos designados como <i>hedges</i>		
Contratos a termo de mercadorias	8.978	20.234
Contratos a termo de moeda	6.676	-
	<b>15.654</b>	20.234
	<b>17.635</b>	88.360
Circulante	<b>(16.846)</b>	(33.672)
Não circulante	<b>789</b>	54.688

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 19. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

#### 19.3. Operações com derivativos

##### Risco de preço de commodities

A Companhia compra açúcar em base contínua uma vez que suas atividades operacionais exigem fornecimento ininterrupto de açúcar para a produção de refrigerante. A fim de proteger-se da volatilidade de preço do mercado internacional deste insumo, bem como daqueles contratados em moedas estrangeiras, a Companhia estabeleceu uma política de gestão de riscos. Todas as operações de contratos a termos e demais instrumentos financeiros derivativos estão em consonância com a política aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia. Qualquer operação no mercado de derivativos possui como único objetivo reduzir a exposição das controladas da Companhia à volatilidade do custo dos insumos de produção. A política de gestão de riscos impede a Companhia e suas controladas de participar de quaisquer operações com derivativos para fins especulativos.

Com o estabelecimento destes contratos espera-se reduzir a volatilidade do preço do insumo (açúcar). Tais contratos pretendem oferecer cobertura contra o risco de volatilidade dos preços de compra do açúcar com base nos contratos de compra existentes. As variações no valor justo dos contratos a termo são reconhecidas na demonstração do resultado em custos financeiros.

##### *NDF - Non Deliverable Forward*

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuíam contratos de NDF - "Non Deliverable Forward" para fins de cobertura cambial.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos não designados como *hedge* totalizou um ativo de R\$83.509 (ativo de R\$134.934 em 2015), reconhecido no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício corrente, enquanto que o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* totalizou um passivo de R\$14.608 (R\$9.642, líquido dos efeitos tributários diferidos de R\$4.966), (passivo de R\$18.525 em 2015), reconhecido no patrimônio líquido como "Outros resultados abrangentes".

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 19. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

#### 19.4. Valor justo

O valor justo e valor contábil dos ativos e passivos financeiros não apresentam diferenças para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, contas a receber e a pagar a empresas associadas se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- Valores a receber de longo prazo a taxas pré e pós-fixadas são avaliados pela Companhia e suas controladas com base em parâmetros tais como taxas de juros, fatores de riscos específicos de cada país, credibilidade individual do cliente e as características de risco do projeto financiado. Com base nessa avaliação, são constituídas provisões para fazer face a perdas esperadas nesses valores a receber. Em 31 de dezembro de 2016, o valor contábil desses valores a receber se aproxima de seu valor justo.
- O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.

A Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos junto a algumas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Tais derivativos são avaliados com base em mensuração técnica, bem como, com base em dados observáveis no mercado e referem-se, principalmente, a contratos a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros e curvas da taxa a termo da commodity objeto.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 19. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

#### 19.4. Valor justo--Continuação

##### Hierarquia de valor justo

A Companhia e suas controladas utilizam da seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Em 31 de dezembro de 2016, todos os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados com base no “Nível 2” da técnica de avaliação retro mencionada.

#### 19.5. Contabilidade de hedge

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na conta de outros resultados abrangentes, e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado.

Para fins de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), existem as seguintes classificações:

- *Hedge* de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado;
- *Hedge* de fluxo de caixa, ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; e
- *Hedge* de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 19. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

#### 19.5. Contabilidade de hedge--Continuação

A parte eficaz do ganho ou perda do investimento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do hedge é reconhecida no resultado financeiro.

Com base nas análises efetuadas na Companhia, concluiu-se que o Termo de Mercadoria e a Compra de Opção Flexível podem ser utilizados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa, conforme CPC 38.

### 20. Subvenções governamentais (Consolidado)

#### a) Governo estadual

##### i) *Estado do Rio Grande do Norte: Norsa*

O benefício do PROADI, foi concedido o incentivo financeiro previsto no Art. 5º inciso I da Lei nº 7.075/97, este relacionado ao financiamento de 75% do ICMS apurado, incidente sobre produtos de fabricação própria, por um período de 10 anos, dos quais três de carência, não podendo o valor financiado ultrapassar 10% do faturamento do período. Esta subvenção foi renovada em 2013 por mais 10 anos e transferida para a Norsa Refrigerantes S.A na incorporação.

##### ii) *Estado do Piauí: Norsa*

Em julho de 2005, a Norsa obteve a concessão de incentivo fiscal junto ao Governo do Estado do Piauí, relacionado ao ICMS incidente sobre produtos de sua fabricação própria, instituído pelo Decreto 11.818 de 14 de julho de 2005, alterado pelo Decreto nº 12.029 de 15 de dezembro de 2005 e nº 12.620 de 6 de junho de 2007 e prorrogado pelo Parecer técnico nº 044 de 4 de dezembro de 2009. O incentivo tem prazo de 15 anos e corresponde à dispensa de 60% até 31 de julho 2017 e 50% durante o período de 01 de agosto de 2017 a 31 de dezembro de 2020, do ICMS apurado incidente sobre a parcela do faturamento excedente ao limite mensal estabelecido pelos referidos Decretos.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 20. Subvenções governamentais (Consolidado)--Continuação

a) Governo estadual--Continuação

iii) *Estado do Ceará: Norsa*

As operações no Estado do Ceará gozam de incentivo fiscal até o ano de 2017, através da obtenção de financiamento junto ao Banco Bradesco S.A. Os recursos provêm do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, e consistem basicamente no financiamento de 75% sobre a base incentivada do ICMS, com a amortização no prazo de 36 meses. Caso a Norsa liquide o financiamento no prazo previsto, 80% do total financiado reverte-se na forma de incentivos fiscais.

iv) *Estado da Bahia: Norsa*

As operações no Estado da Bahia gozam de incentivo fiscal no âmbito do programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica - DESENVOLVE, para as unidades fabris de Salvador (BA), no período de 1 de setembro de 2010 a 30 de agosto de 2022 e Vitória da Conquista (BA), no período de 1 de agosto de 2010 a 31 de julho 2022. O programa consiste basicamente no diferimento de 90% do saldo de ICMS devido para pagamento no dia 20 do mês subsequente.

Caso a Norsa liquide o financiamento no prazo previsto, 90% do total diferido reverte-se em forma de incentivos fiscais.

v) *Estado do Mato Grosso: NORSA*

Em março de 2008 a CMR migrou do incentivo fiscal PRODEI para o PRODEIC. Esse benefício fiscal consiste em renúncia fiscal do Estado, sobre o ICMS normal de 82,25% sobre as vendas dentro do Estado e 75% das vendas fora do Estado e renúncia ao aproveitamento de créditos sobre as entradas por parte da Companhia. O prazo de vigência do contrato é de 10 anos contados a partir da assinatura.

vi) *Estado do Maranhão: CMR foi incorporada pela Refrescos Guararapes Ltda.*

A CMR goza de incentivo fiscal concedido pelo Governo do Estado do Maranhão, até o ano de 2024, incentivo do Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior do Estado do Maranhão - SINCOEX - Sistema de Apoio a Indústria e ao Comércio Exterior. Esse incentivo é concedido a empresas industriais e agroindustriais, quando de sua implantação, ampliação ou realocação, dentre outras finalidades, e consiste no financiamento de até 75% do valor do recolhimento do ICMS devido, a partir da data da assinatura do contrato de financiamento.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 20. Subvenções governamentais (Consolidado)--Continuação

a) Governo estadual--Continuação

vii) *Estado do Alagoas: CMR*

A CMR teve a manutenção do incentivo fiscal PRODESIN até o ano de 2022 (Unidade de Maceió) e 2025 (Unidade de Arapiraca), através da Resolução CONEDES 12/2013 e 13/2013 e Decreto Concessivo 29.737/2013 e 29.736/2013 relacionado ao ICMS incidente sobre produtos de sua fabricação própria vide Decreto 38.394/2000 que o regulamenta alterado recentemente pelo Decreto 48.020/2016.

De acordo com o novo Decreto 48.020/2016 a CMR optou pela migração do cálculo do incentivo, ficando concedido crédito fiscal presumido de 92% do saldo devedor de ICMS das operações próprias de saída de produtos industrializados pelo estabelecimento, apurado em cada período de apuração.

viii) *Estado do Pernambuco: Norsa*

A Companhia, por meio de suas unidades instaladas no Estado de Pernambuco, é beneficiária do incentivo fiscal estabelecido no Programa de Desenvolvimento de Pernambuco - PRODEPE. Este benefício refere-se a crédito presumido de 75% (podendo chegar a na fábrica de Petrolina a 95% se ultrapassar a litragem informada em decreto), devido sobre o volume de venda de refrigerantes e 57,5% do ICMS incidente sobre o volume de vendas de água, aprovados por Decretos estaduais, com validade até 2019.

ix) *Estado da Paraíba: Refrescos Guararapes Ltda.*

No caso das unidades situadas no estado da Paraíba, a Empresa faz jus a incentivos de ICMS do FAIN - Fundo de Apoio Industrial que corresponde ao direito a um crédito presumido, sobre o montante das saídas do produto incentivado (produtos retornáveis produzidos no Estado). Este benefício refere-se a crédito presumido de 54% do ICMS devido sobre o volume de vendas incentivadas.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 20. Subvenções governamentais (Consolidado)--Continuação

#### a) Governo estadual--Continuação

Os financiamentos incentivados, registrados líquidos dos abatimentos recebidos, têm a seguinte composição:

Indexadores	2016			2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Financiamentos no Estado de Alagoas						
- Prodesin	6.113	17.546	23.659	6.005	17.799	23.804
Financiamentos no Estado do Maranhão	2.300	4.948	7.248	1.985	4.625	6.610
Financiamentos no Estado do Ceará -	8.292	16.049	24.341	9.819	15.030	24.849
Financiamentos no Estado da Bahia	1.516	-	1.516	7.718	-	7.718
Financiamentos no Estado do Rio Grande do Norte	45	-	45	42	-	42
	<b>18.266</b>	<b>38.543</b>	<b>56.809</b>	25.569	37.454	63.023

Os financiamentos incentivados, não circulantes, têm seus vencimentos assim programados:

	2016	2015
2017	-	12.707
2018	13.431	12.875
2019	14.469	3.743
2020 em diante	10.643	8.129
	<b>38.543</b>	37.454

#### b) Governo federal

As controladas da Companhia são beneficiárias de incentivos fiscais de redução do imposto de renda. Esses incentivos possuem alíquotas de reduções de até 75% e prazos de validade de até 10 anos, dependendo do produto e da unidade de fabricação.

Os incentivos são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da ampliação e modernização parcial de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais do imposto de renda são reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas reconheceram R\$40.552 (R\$50.575 em 2015) em reduções de IRPJ relacionadas ao incentivo do Lucro da Exploração.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 21. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (Consolidado)

	<b>Tributária (a)</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Trabalhistas (b)</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	42.057	14.132	123.237	179.426
Provisão/reversão	9.768	2.232	102.502	114.502
Atualização	-	-	(414)	(414)
Pagamento	-	(1.070)	(103.968)	(105.038)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	51.825	15.294	121.357	188.476
Provisão/reversão	<b>7.055</b>	<b>3.740</b>	<b>30.465</b>	<b>41.260</b>
Atualização	-	<b>576</b>	<b>25.260</b>	<b>25.836</b>
Pagamento	-	<b>(6.720)</b>	<b>(57.385)</b>	<b>(64.105)</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<b>58.880</b>	<b>12.890</b>	<b>119.697</b>	<b>191.467</b>

Quanto aos processos cíveis, as ações se referem essencialmente a danos morais e fundo de comércio.

#### a) Ações tributárias

Diversas ações tributárias, a Administração da Companhia e suas controladas decidiram por constituir provisão para as ações avaliadas como de perda provável conforme detalhado a seguir:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
PIS/Cofins	<b>15.396</b>	17.000
ICMS	<b>4.270</b>	1.418
INSS	<b>39.159</b>	30.057
Outros	<b>55</b>	3.350
	<b>58.880</b>	51.825

#### b) Ações trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas, no montante aproximado de R\$225.327 (R\$217.631 em 2015), a Companhia e suas controladas mantêm depositado judicialmente o valor de R\$73.019 (R\$81.369 em 2015). Baseada na opinião dos consultores jurídicos, a Administração da Companhia e suas controladas decidiu por constituir provisão para as ações avaliadas como perda provável, no montante de R\$119.697 (R\$121.357 em 2015).

A Companhia e controladas tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Tributárias	<b>1.091.508</b>	1.074.834
Cíveis	<b>98.213</b>	96.646
Trabalhistas	<b>105.630</b>	65.112
	<b>1.295.351</b>	1.236.592

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 21. Provisão para contingências (Consolidado)--Continuação

#### Crédito presumido do IPI

As controladas Regua, Norsa e CMR vêm sendo questionadas sobre os créditos presumidos de IPI que tomam sobre a compra de concentrados e matéria prima da Recofarma Indústria do Amazonas Ltda., localizada em Manaus, em área de zona franca. Por ser uma zona livre de impostos, as autoridades vêm questionando não apenas as engarrafadoras do sistema Coca-Cola sobre a legalidade do crédito presumido que tomam na compra dos concentrados, mas também diversas outras empresas que compram das chamadas “empresas incentivadas na Zona Franca”.

Muito vem se discutindo sobre o mérito da questão, já que a possibilidade de ser tomar o crédito presumido é uma forma indireta de incentivo para as empresas localizadas na Zona Franca de Manaus se tornarem competitivas, pois não sofrem tributação e permitem que os consumidores empresariais (neste caso as engarrafadoras) tomem o crédito presumido de imposto que pode ser abatido do débito proveniente da produção e venda de bebidas ao consumidor intermediário e distribuidores.

A referida ação soma mais de R\$1 bilhão de reais, sendo mais de R\$500 milhões concentrados na CMR.

Ambas as ações referidas neste paragrafo estão sendo contestadas e, baseado na opinião dos nossos consultores jurídicos, a probabilidade de perda é tida como possível.

### 22. Patrimônio líquido (Controladora)

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social é de R\$533.761, composto por 396.243.557 ações nominativas ordinárias, todas sem valor nominal, conforme composição a seguir (em milhares de ações):

<u>Acionista</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>% capital votante</u>
Refrigerantes do Noroeste Participações S.A.	37.643	9,50%
Forsab Investments (Proprietary) Limited	94.164	23,76%
Manchioneel Investment Holding S.A.R.L.	28.274	7,14%
Holdco 0 Participações S.A.	198.519	50,10%
Calila Investimentos S.A.	37.644	9,50%
	<u>396.244</u>	<u>100,00%</u>

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 22. Patrimônio líquido (Controladora)--Continuação

#### b) Reservas de lucros

##### i) *Reserva legal*

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo dessa reserva era R\$97.400 (R\$85.937 em 2015).

##### ii) *Reserva para investimentos*

A Administração da Companhia mantém reserva para investimentos com o objetivo de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos e conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo dessa reserva era R\$1.236.845.

##### iii) *Reserva de lucros a realizar*

Em 14 de maio de 2016 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório, no montante de R\$50.246, a partir da reserva de lucros a realizar. Em 25 de agosto de 2016 em ata de Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição intermediária de dividendos no montante de R\$5.039, a serem ratificados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. Em 31 de dezembro de 2016, esse montante ficou registrado como adiantamento por conta de dividendos, na rubrica de "Outros ativos". O saldo remanescente dessa reserva, no montante de R\$204.512 (R\$91.404 em 2016), permanece retido com o objetivo de no futuro expandir os negócios, investir em novas empresas ou redistribuir aos acionistas.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 22. Patrimônio líquido (Controladora)--Continuação

#### c) Destinação dos lucros

O Estatuto Social da Companhia assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios, equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, como previsto na Lei nº 6.404/76. A Administração consignou nas demonstrações contábeis os dividendos a pagar no montante de R\$54.451 (R\$46.290 em 2014), conforme demonstrado abaixo:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Lucro do exercício	<b>229.268</b>	194.906
Reserva legal - 5%	<b>(11.463)</b>	(9.745)
Base de cálculo para os dividendos	<b>217.805</b>	185.161
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<b>54.451</b>	46.290
Quantidade de ações - em milhares	<b>396.244</b>	396.244
Dividendos por lote de mil ações - R\$	<b>0,14</b>	0,12

A movimentação dos dividendos no exercício foi a seguinte:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Saldo inicial	<b>46.290</b>	48.948
Provisões:		
Dividendos adicionais aprovados	<b>50.246</b>	51.052
Dividendo mínimo obrigatório	<b>54.451</b>	46.290
Pagamentos:		
Dividendos pagos	<b>(96.536)</b>	(100.000)
Saldo final	<b>54.451</b>	46.290

#### d) Outros resultados abrangentes

##### *Hedge accounting*

A partir de 2015, a parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* passou a ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido das controladas, com reflexo proporcional no patrimônio líquido da Companhia, no montante de R\$2.476 (2015: R\$12.227).

##### *Resgate de ações*

Conforme comentado na Nota 5(i), em 2016 decorreu o prazo para que os minoritários reclamassem o direito pelo reembolso de suas ações recompradas pela Companhia em 2010. Assim, a Companhia efetuou a baixa do montante de R\$3.342, correspondente à obrigação com esses minoritários, durante o exercício corrente.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 23. Receita operacional líquida (Consolidado)

	2016	2015
Receita bruta de vendas		
Vendas de produtos	<b>3.834.979</b>	3.810.787
Revendas de mercadorias	<b>1.700.066</b>	1.727.030
	<b>5.535.045</b>	5.537.817
Deduções da receita bruta		
(-) Deduções e abatimentos de vendas de produtos e revendas	<b>(123.098)</b>	(114.878)
(-) Impostos sobre o faturamento	<b>(1.528.605)</b>	(1.395.938)
	<b>(1.651.703)</b>	(1.510.816)
Receita operacional líquida	<b>3.883.342</b>	4.027.001

### 24. Despesas com vendas (Consolidado)

	2016	2015
Despesas com vendas	<b>(302.426)</b>	(266.114)
Despesas com marketing	<b>(44.112)</b>	(30.913)
Despesas distribuição	<b>(211.555)</b>	(249.018)
	<b>(558.093)</b>	(546.045)

### 25. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Salários e encargos	-	-	<b>(77.734)</b>	(81.253)
Outras despesas com pessoal	-	-	<b>(36.325)</b>	(36.475)
Materiais e manutenção	-	-	<b>(12.812)</b>	(13.413)
Depreciação e amortização	-	-	<b>(24.373)</b>	(22.150)
Alugueis e seguros	-	-	<b>(9.608)</b>	(8.794)
Serviços de terceiros	<b>(429)</b>	(673)	<b>(50.650)</b>	(47.903)
Água, energia e telecomunicação	-	-	<b>(16.060)</b>	(15.321)
Outras despesas	<b>(38)</b>	(247)	<b>(4.902)</b>	(16.637)
	<b>(467)</b>	(920)	<b>(232.464)</b>	(241.946)

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Despesas financeiras				
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos	<b>(79.241)</b>	(86.301)	<b>(189.602)</b>	(194.008)
Despesa de IOF	-	-	<b>(5.081)</b>	(5.418)
Despesa de tarifas bancárias	-	-	<b>(10.410)</b>	(10.364)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	-	-	<b>(90.470)</b>	(169.071)
Juros de arrendamento mercantil	-	-	<b>(14.820)</b>	(19.476)
Ajuste a valor presente	-	-	<b>(11.104)</b>	-
PIS/Cofins sobre receita financeira	-	-	<b>(2.363)</b>	(1.404)
Outras despesas financeiras	-	-	<b>(19.439)</b>	(25.807)
	<b>(79.241)</b>	(86.301)	<b>(343.289)</b>	(425.548)
Receitas financeiras				
Receitas de juros ativos recebidos	-	-	<b>10.088</b>	22.138
Rendimentos de aplicações financeiras	<b>2.473</b>	2.829	<b>37.876</b>	38.869
Variações monetárias ativas	-	-	<b>89.429</b>	-
Descontos obtidos	-	-	<b>3.169</b>	209
Ajuste a valor presente	-	-	-	1.762
Outras receitas financeiras	-	-	<b>951</b>	2.272
	<b>2.473</b>	2.829	<b>141.513</b>	65.250
Resultado financeiro	<b>(76.768)</b>	(83.472)	<b>(201.776)</b>	(360.298)

### 27. Compromissos (Consolidado)

#### Compromissos de arrendamento mercantil operacional - Norsa e Refrescos Guararapes Ltda. como arrendatária

As empresas contrataram arrendamentos comerciais para determinados veículos motores e maquinários. Esses arrendamentos têm vida média entre três e seis anos, sem previsão contratual para opção de renovação. A contratação desses arrendamentos não sujeita as empresas a restrições.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de dezembro estão demonstrados na Nota 13.

#### Arrendamento mercantil financeiro e compromissos de arrendamento

As controladas Norsa e Refrescos Guararapes Ltda. contratou arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento para caminhões. Esses arrendamentos possuem prazos determinados de seis anos, e contemplam opções de compra e cláusulas de reajuste de preço. O exercício da opção de compra fica à opção da entidade que contratou o arrendamento. Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento, juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, estão demonstrados na Nota 13.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 27. Compromissos (Consolidado)--Continuação

#### Compromissos advindos da aquisição de ativos imobilizados

Em 31 de dezembro de 2016, as controladas da Solar.BR tinham compromissos de R\$48.947 (R\$87.015 em 2015).

#### Garantias

A Companhia e suas controladas forneceram garantias em 31 de dezembro de 2016 e 2015, conforme divulgado nas Notas 6, 13, 17 e 18.

### 28. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos e contas a pagar a fornecedores e contratos de garantia financeira. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia e suas controladas. As controladas possuem contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Norsa e a CMR contratam operações de derivativos, conforme divulgado na Nota 19.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, bem como, conta com o suporte de um comitê de Auditoria, Finanças e Governança (AF&G) o qual presta apoio ao Conselho de Administração no suporte a tomada de decisões relacionadas a operações financeiras. As principais atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e seus riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e sua disposição para risco. Todas as operações com derivativos têm como objetivo exclusivo minimizar flutuações nos custos de matérias-primas utilizadas no processo de manufatura das controladas. Em paralelo, as transações que envolvem operações de proteção no mercado de derivativos são regidas com base na política de administração de riscos aprovada pelo Conselho de Administração. A política de gestão de riscos impede a Companhia e suas controladas de participar de quaisquer operações com derivativos para fins especulativos.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 28. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, obrigações com arrendamento mercantil, e instrumentos financeiros derivativos.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2016.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida e no índice de taxas de juros fixas em relação às taxas de juros variáveis da dívida.

As seguintes premissas foram adotadas no cálculo das análises de sensibilidade:

- A sensibilidade do balanço patrimonial refere-se a instrumentos financeiros derivativos e instrumentos de dívida disponíveis para venda.
- A sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2016.

#### Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. Atualmente 27,11% (32,65% em 2015) dos empréstimos e impostos devidos das controladas são indexados e estão sujeitos a taxas fixas de juros.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 28. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia e suas controladas antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos e financiamentos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	<u>Aumento/redução em %</u>	<u>Efeito no lucro antes da tributação</u>
<b>2016</b>		
Reais	+20	(25.827)
Reais	-20	25.827
	<u>Aumento/redução em %</u>	<u>Efeito no lucro antes da tributação</u>
<b>2015</b>		
Reais	+20	(28.016)
Reais	-20	28.016

A movimentação presumida em percentual para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado.

#### Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

#### Risco de preço de commodities (Consolidado)

As controladas Norsa Refrigerantes S.A, Companhia Maranhense de Refrigerantes e Refrescos Guararapes Ltda.. são afetadas pela volatilidade do preço do açúcar. Devido as relevantes variações observadas no preço desta *commodity*, o Conselho de Administração desenvolveu e implantou uma política de gestão de risco para acompanhar os seus preços, visando mitigar esse risco.

Com base na previsão do fornecimento deste insumo e nas análises do preço atual e tendências futuras, as controladas mantém cobertura para alguns preços de compra mediante contratos a termo.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 28. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### Risco de preço de commodities (Consolidado)--Continuação

A tabela abaixo apresenta o efeito das variações de preço do açúcar após o impacto da contabilização de *hedge*.

	<u>Variação no preço no final do exercício</u>	<u>Efeito no lucro antes da tributação</u>
<b>2016</b>		
Reais	+15%	(1.548)
Reais	-15%	1.548
	<u>Variação no preço no final do exercício</u>	<u>Efeito no lucro antes da tributação</u>
<b>2015</b>		
Reais	+15%	(15.425)
Reais	-15%	15.425

#### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. As controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber).

#### Contas a receber (Consolidado)

O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada no escritório central, estando sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos e análise do histórico do cliente e de sua reputação no mercado. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência e as entregas para os distribuidores autorizados costumam ter garantias reais.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

## **Renosa Participações S.A. e Consolidado**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **28. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação**

#### Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma evitando concentração em uma única instituição financeira. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia e suas controladas ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 é o valor registrado como demonstrado na Nota 4, com exceção das garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos. A exposição máxima das controladas em relação às garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos está apresentada na Nota 19.

#### Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Companhia e suas controladas é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

O percentual da dívida de curto prazo em 31 de dezembro de 2016 era de 12% e 29% na controladora e no consolidado, respectivamente, (16% e 22% em 2015) com base no valor registrado das debêntures e dos empréstimos e financiamentos refletidos nas demonstrações contábeis.

#### Gestão do capital social (Controladora)

O capital social é dividido exclusivamente em ações ordinárias, pertencentes a dois acionistas, representados por pessoas jurídicas.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 29. Cobertura de seguros (Consolidado)

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos, conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do setor. As coberturas de seguros, por eventos independentes, para cobrir eventuais sinistros em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão resumidas a seguir:

<b>Coberturas</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Empresarial (a)	<b>285.105</b>	224.106
Responsabilidade civil geral (b)	<b>5.000</b>	20.000
Transportes de cargas (c)	<b>1.250</b>	-
Danos materiais e corporais	<b>20.000</b>	-
Responsabilidade civil para administradores	<b>20.000</b>	20.000
Lucros cessantes	<b>125.000</b>	45.000
Riscos diversos	<b>32.360</b>	38.510
	<b>488.715</b>	347.616

- (a) Visa cobrir riscos com bens do ativo imobilizado, incêndio, raio, explosão, danos elétricos e furtos qualificados.  
(b) Visa cobrir quantias pelas quais vier a ser responsabilizada civilmente, em sentença judicial transitada em julgado  
(c) Cobertura de danos eventualmente causados por mercadorias transportadas e por produtos próprios ingeridos por consumidores.

A Companhia e suas controladas não estão prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acreditam que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil. A suficiência da cobertura de seguros não faz parte do escopo de exames dos auditores independentes.

\* \* \*